Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Segunda Câmara

DELIBERAÇÃO AC02 - 802/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/3016/2014
PROTOCOLO	: 1477844
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO N. 16/2013
JURISDICIONADO	: MÁRIO VALÉRIO
CARGO	: PREFEITO MUNICIPAL
INTERESSADO	: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECUPERANDO VIDAS DO VÍCIO - REVIVI
OBJETO	: APOIO FINANCEIRO PARA MELHORIAS NA SEDE PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO TRATAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS
VALOR	: R$ 80.611,20
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONVÊNIO – APOIO FINANCEIRO – MELHORIAS E ADEQUAÇÕES NA SEDE DE ENTIDADE – AÇÕES VOLTADAS AO TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS – RECURSOS APLICADOS – REGULARIDADE.

É regular a prestação de contas quando demonstrado que os recursos foram devidamente aplicados no objeto do convênio e que os documentos foram encaminhados tempestivamente.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 9ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, de 3 de maio de 2016, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do relator, em declarar a regularidade Prestação de Contas do Convênio n. 16/2013, celebrado entre o Município de Caarapó-MS e Associação Beneficente Recuperando Vidas do Vício – REVIVI.

Campo Grande, 3 de maio de 2016.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator.

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Trata-se do exame da regularidade da prestação de contas do Convênio n. 16/2013, celebrado entre o Município de Caarapó-MS e a Associação Beneficente Recuperando Vidas do Vício - REVIVI, nos termos do art. 35, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, constando como ordenador de despesas o Sr. Mário Valério, prefeito municipal.

A celebração deste convênio se deu com autorização da Lei Municipal n. 1.146/2013, contudo, deve atender às exigências pertinentes constantes da Lei Federal n. 8.666/93, e da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, bem como as cláusulas e condições estipuladas no respectivo instrumento.

O objeto do convênio é o apoio financeiro para melhorias e adequações na sede da entidade, para o desenvolvimento de ações voltadas ao tratamento e acompanhamento de dependentes químicos, no valor de R$ 80.611,20 (oitenta mil, seiscentos e onze reais e vinte centavos), com prazo de vigência de 1º de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado.

A equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo (ICE) examinou os documentos constantes dos autos e manifestou-se na Análise ANA-4ICE-4266/2014, pela legalidade do presente convênio.

O Ministério Público de Contas (MPC) em seu Parecer PAR-MPC - GAB.2 DR.JOAOMJ-8123/2014, opinou pela regularidade desta prestação de contas de convênio.

V O T O

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Analisadas as peças que instruem os autos, verifica-se que os documentos foram enviados tempestivamente a este Colendo Tribunal, apresentando consonância com as exigências contidas nas Leis Federais n. 8.666/93 e n. 4320/64, e na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, inclusive quanto à publicação.

Os recursos foram efetivamente aplicados e comprovados, com a devida homologação do ordenador de despesas.

Desta forma, a prestação de contas do convênio em apreço merece receber a chancela deste Colendo Tribunal.

DISPOSITIVO

Assim, acolhendo a análise técnica da 4ª ICE e o parecer ministerial, nos termos do art. 4º, III, "b", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, **VOTO**:

1. pela **regularidade** da prestação de contas do Convênio n. 16/2013, celebrado entre o Município de Caarapó-MS e Associação Beneficente Recuperando Vidas do Vício - REVIVI, constando como ordenador de despesas o Sr. Mário Valério, prefeito municipal, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, dando-lhe a devida quitação, nos termos do art. 60 da mesma lei complementar;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime pela regularidade da prestação de contas do Convênio n. 16/2013, celebrado entre o Município de Caarapó-MS e Associação Beneficente Recuperando Vidas do Vício – REVIVI.

Presidência do Exmo. Sr. Iran Coelho das Neves.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Marisa Joaquina Monteiro Serrano e Iran Coelho das Neves.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas.

Campo Grande, 3 de maio de 2016.

Conselheiro **OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
Relator

GAB.LLSS
SETAC.ASC/HON